

PGR recorre de suspensão de multa da Odebrecht

Gonet defende que não há provas de que a empreiteira celebrou acordo de leniência com a Lava-Jato após coação e nem que os valores acordados sejam 'excessivos'; procurador já havia contestado igual benefício concedido à J&F

MARIANA MUNIZ
reportagem em parceria com a Agência Brasil

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu ontem da decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o pagamento de multas pela empreiteira Novonor, antiga Odebrecht, no acordo de leniência firmado com o Ministério Público, em 2016, no âmbito da operação Lava-Jato. O mesmo já havia sido feito, na semana passada, em relação à J&F, igualmente beneficiada.

No recurso, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defende que não há provas de que a Odebrecht celebrou o acordo após coação e nem que os valores acordados possam ser vistos como "excessivos" porque contaram com a concordância da própria empresa.

"Não cabe agora, anos depois de celebrado o acordo, em plena vigência dos benefícios acordados à empresa e aos seus executivos, o grupo econômico vir alegar — com a agravante de não apresentar sequer prova imediata e cabal em favor da arguição — que calculou mal os custos do ajuste, pleiteando a suspensão indefinida dos próximos pagamentos", diz a PGR.



Contestação. Gonet diz que, embora "censuráveis", dá ênfase à Lava-Jato não revelar coação para assinatura de acordos

R\$ 3,8 bilhões

Multa prevista no acordo de leniência da Odebrecht, firmado com a Lava-Jato em 2017, e agora suspensa pelo ministro Dias Toffoli

Ao suspender o pagamento da multa pela empreiteira, Toffoli apontou que houve conluio entre o então juiz Sérgio Moro, hoje senador, e procuradores da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba para "elaboração de cenário jurídico-processual-investigativo que conduziu

R\$ 10,3 bilhões

Pagamento previsto no acordo de leniência assinado pela J&F com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Greenfield

os investigados à adoção de medidas que melhor conviesse a tais órgãos, e não à defesa em si".

Gonet avalia que as mensagens entre Moro e os procuradores da Lava-Jato, reveladas pela Operação Spoofing, "mostram comportamentos censuráveis de agentes pú-

blicos", mas "não revelam prática de nenhum ato que componha o conceito de coação moral irresistível".

O acordo de leniência da Odebrecht, que previa o pagamento de R\$ 3,8 bilhões em multas, foi firmado com a Lava-Jato e homologado por Moro em maio de 2017.

Com a correção monetária pela taxa Selic, o valor chegaria a R\$ 8,5 bilhões ao final dos 23 anos previstos para o pagamento.

Toffoli estendeu à empreiteira o mesmo entendimento aplicado à J&F em dezembro do ano passado, quando suspendeu os pagamentos do acordo de R\$ 10,3 bilhões firmado pelo grupo dos irmãos Batista com o Ministério Público Federal.

PLENÁRIO

Ao apresentar um recurso, na semana passada, contra a anulação da multa da J&F, Gonet fez críticas à decisão de Toffoli e argumentou que o processo deve ser analisado pelo plenário do STF, o que pode representar uma derrota para o magistrado. A tendência, contudo, é que o caso vá para a Segunda Turma, que ao longo dos últimos anos impôs uma série de reverses à Lava-Jato.

Na peça apresentada ao tribunal, Gonet alega que o processo em questão não guarda relação com a Lava-Jato, mas com outra operação, a Greenfield e, portanto, deveria passar à relatoria de um outro ministro. O entendimento, porém, enfrenta resistências no Supremo.

"Não é dado à empresa in-

vocar o contexto das ilegalidades verificadas pelo STF na Operação Lava-Jato para se basear nas suas obrigações financeiras decorrentes de acordo de leniência celebrado em juízo diverso, no âmbito da Operação Greenfield", pontuou Gonet.

Um dos argumentos que fazem com que a decisão de Toffoli sustente a conexão entre a Lava-Jato e a Greenfield está no fato de que o nome da Lava-Jato é mencionado na primeira página do acordo de leniência da J&F. Por isso, a alegada ausência de prevenção de Toffoli para o caso, defendida pela PGR, é vista por integrantes do STF como um argumento já superado.

Ministros do Supremo consideram, no entanto, que a decisão de Toffoli que suspendeu a multa prevista no acordo de leniência da J&F pode ser revertida caso seja analisada pelo plenário da Corte.

Dentro do tribunal, o caminho de ida do recurso da PGR para o plenário é considerado possível a partir de André Mendonça. O ministro é o relator da chamada "ADPF das leniências", ação mencionada por Gonet em seu recurso. O PGR pediu a Toffoli para que o seu recurso seja julgado em conjunto com essa outra ação, que já tramita no plenário da Corte.

A informação chega até você por onde preferir.

Leia o conteúdo que importa para o seu dia quando e onde quiser.



Visite oglobo.com.br e tenha acesso ilimitado a conteúdos exclusivos.



Mais de 20 canais de WhatsApp. Escolha os de sua preferência.



Nossos colunistas estão sempre um passo à frente, trazendo informações e análises.



Receba alertas de notícias por notificação no seu celular.



Newsletters: Notícias diárias ou um resumo semanal. Inscreva-se.



Aplicativo O GLOBO: informação em tempo real na palma da sua mão. Nas lojas (Android e iOS).

Clube
O GLOBO

Acesso à carteirinha do Clube com descontos em mais de 100 parceiros e benefícios exclusivos.



Aponte para o QR Code e aproveite agora.

Assinantes O Globo Impresso 7 dias ou combo Impresso / digital tem acesso a todo conteúdo do Globo. Para mais informações, acesse o WhatsApp do Globo (21) 4002-4300.

O GLOBO